

---

**As formas literárias em *O Capital*: contribuição para a análise da dinâmica histórica, social e política do capitalismo e sua relação com a educação**

---

**The literary forms in *Capital*: contribution to the assessment of the historical, social, and political dynamics of capitalism and its relationship with education**

---

**Las formas literarias en *El Capital*: contribución al análisis de la dinámica histórica, social y política del capitalismo y su relación con la educación**

---

Silva, Cristiano Almeida da<sup>1</sup> (Belo Horizonte, MG, Brasil)

ORCID ID: <http://orcid.org/0000-0002-0368-2436>

Bueno, Juliane Zacharias<sup>2</sup> (Florianópolis, SC, Brasil)

ORCID ID: <http://orcid.org/0000-0002-9464-3116>

Souza Junior, Hormindo Pereira de Souza<sup>3</sup> (Belo Horizonte, MG, Brasil)

ORCID ID: <http://orcid.org/0000-0001-9411-6802>

**Resumo**

Analisaremos no presente artigo as formas literárias contidas no desenvolvimento das categorias centrais do quinto capítulo do livro I de *O Capital* de Karl Marx. A análise tem por objetivo salientar a importância de uma questão pouco estudada e debatida na obra de Marx: as suas formas literárias e as finalidades destas no desenvolvimento teórico que o autor apresenta, bem como a sua relevância para compreensão do conjunto desta obra. Seu peculiar modo de exposição, partindo da aparência dos fenômenos econômicos, e passando por suas determinações essenciais, busca explicar porque tais fenômenos se apresentam dessa forma na realidade capitalista. O desenvolvimento desta exposição se dá por meio de uma forma textual que lança mão de variadas formas literárias. Ao explicar uma de suas mais essenciais e famosas descobertas, a categoria de mais-valor, questionamos: por que Marx o faz através de uma narrativa que apresenta o capitalista como personificação do capital? Averiguamos, por fim, se esses elementos literários, cuja forma acabada vê-se no Livro I de *O Capital*, cumpriram um caráter didático imprescindível ao intuito desta obra de servir como instrumento a favor do processo de educação dos trabalhadores com base na crítica da Economia Política. Esperamos com isso, contribuir para a compreensão da dinâmica histórica, social e política do capitalismo e sua relação com a educação.

**Palavras-chave:** Capital. Economia Política. Educação. Didática.

**Abstract**

The current article assessed the literary forms in the development of the central categories of the fifth chapter of Karl Marx's *Capital* Volume 1. The assessment aimed to highlight the importance of an issue that has been little studied in Marx's works: the literary forms and their purposes in the theoretical development that the author presents, as well as their relevance for the understanding of his theory. Marx shows a peculiar exposure mode, starting from the appearance of economic phenomena, and going through its essential determinations to explain how such phenomena are presented in the capitalist reality. The development of this exhibition takes place through a textual form that makes use of several literary forms. In one of the author's most essential and famous discoveries, the category of surplus-value, it is possible to ask why Marx does it through a narrative that presents the capitalist as the personification of capital? The current research investigates whether these literary elements, whose finished form can be seen in *Capital* Volume 1, would fulfill a didactic character that is essential to the aim of the aforementioned work to be an instrument in the education process of workers based on the critique of the Political Economy. We hope to contribute to the understanding of the historical, social, and political dynamics of capitalism and its relationship with education.

**Keywords:** Capital. Political Economy. Education. Didactic.

---

<sup>1</sup> Educador popular do Núcleo de Educação Popular - 13 de Maio. [cristianoa.silva@yahoo.com.br](mailto:cristianoa.silva@yahoo.com.br)

<sup>2</sup> Educadora popular do Núcleo de Educação Popular 13 de Maio. [julianezb@yahoo.com.br](mailto:julianezb@yahoo.com.br)

<sup>3</sup> Professor do Programa de Pós-Graduação Conhecimento e Inclusão Social em Educação da FAE-UFMG. [hormindojuior@gmail.com](mailto:hormindojuior@gmail.com)

**Resumen**

En este artículo analizaremos las formas literarias contenidas en el desarrollo de las categorías centrales del quinto capítulo del Libro 1 de El Capital de Karl Marx. El análisis tiene por objetivo resaltar la importancia de un tema poco estudiado y debatido en la obra de Marx: sus formas literarias y los propósitos de ellas en el desarrollo teórico que presenta el autor, así como su relevancia para la comprensión del conjunto de esta obra. Su peculiar modo de exposición, partiendo de la apariencia de los fenómenos económicos, y pasando por sus determinaciones esenciales, busca explicar por qué tales fenómenos se presentan así en la realidad capitalista. Además, el desarrollo de esta exposición se da a través de una forma textual que se apoya en diversas formas literarias. Al explicar uno de sus más esenciales y conocidos hallazgos, la categoría de la plusvalía, nos preguntamos: ¿por qué lo hace Marx a través de una narrativa que presenta el capitalista como personificación del capital? Por último, averiguamos si estos elementos literarios, cuya forma acabada se encuentra en el Libro 1 de El Capital, cumplirían un carácter didáctico imprescindible en el intuito de esta obra de servir como instrumento en favor del proceso educativo de los trabajadores basado en la crítica de la Economía Política. Con esto, esperamos contribuir a la comprensión de la dinámica histórica, social y política del capitalismo y su relación con la educación.

**Palabras clave:** Capital. Economía Política; Educación; Didáctica.

**Introdução**

A obra *O Capital: crítica da Economia Política*<sup>4</sup> de Karl Marx, conhecida pela sua relevância histórica tanto de ordem prático-política, municiando movimentos revolucionários que marcaram o século XX, quanto de ordem teórica, inspirando diversas escolas de pensamento social de diferentes matizes no mundo inteiro, mostra-se extremamente atual para a compreensão da sociedade contemporânea, haja vista a permanência e, fundamentalmente, a expansão e a agudeza com que se impõe a sociabilidade sob o modo de produção capitalista.

Os debates em torno desta obra remetem a uma longa história que se inaugura, precisamente, com a sua primeira publicação e as críticas advindas de diversos setores sociais, na época, sendo retratadas e devidamente respondidas por Marx e, posteriormente, por Engels, em seus prefácios e posfácios às edições subsequentes. A partir de então, a obra *O Capital* incitou, e ainda incita, análises e divergências de toda ordem, interpretações infundáveis tanto de seu conteúdo quanto da sua forma peculiar de exposição, e até mesmo, uma série de tentativas de formulações “facilitadoras”, que motivaram a elaboração de manuais, guias de leitura, resenhas e ensaios pretensamente mais “populares”, ou acessíveis, à sua compreensão. Essas tentativas por vezes incorreram, e ainda incorrem, em sérias deturpações do conteúdo que caracteriza a teoria apresentada nesta obra, por um

---

<sup>4</sup> A obra *O Capital* de Karl Marx constitui-se de quatro volumes. O primeiro volume, totalmente redigido pelo autor, teve a sua primeira edição lançada em 1867 e sua segunda edição, corrigida pelo próprio autor, lançada em 1872. O segundo e o terceiro volumes foram lançados após a sua morte, com a contribuição do trabalho de Friedrich Engels, enquanto o quarto volume ficou a cargo de Karl Kautsky que o publicou em 1905.

lado, em decorrência da omissão em relação aos pressupostos ontológicos, científicos e políticos que a fundamentam, e por outro, precisamente em decorrência da secundarização, ou até mesmo, da total negligência em relação à sua forma de exposição – que, como veremos, é indissociável da teoria explicitada em *O Capital*. Marx, já nos tempos das primeiras tiragens de sua obra magna, enfrentava este tipo de iniciativa. Por ocasião do lançamento, em 1878, do resumo *O Capital: uma leitura popular*, seu autor, Carlo Cafiero, em carta endereçada a Marx, em 1879, pedia “(...) o favor de me dizer, se, no meu estudo, consegui entender e comunicar a exata concepção de seu autor” (CAFIERO, 1987, p. 116). Na carta de resposta, Marx, ao referir-se a outras duas publicações de mesma natureza, escreve: “Há algum tempo recebi dois textos similares, um escrito em sérvio e outro em inglês (publicado nos Estados Unidos), porém ambos pecaram em que, ao querer dar um resumo sucinto e popular d’*O Capital*, ao mesmo tempo se prendiam pedantemente à forma científica do desenvolvimento” (MARX; ENGELS, 2020, p. 337), e ressalta, neste aspecto, a superioridade da obra de Cafiero no tocante a “impressionar o público”. Entretanto, observa uma deficiência no trabalho de Cafiero, comumente encontrada em outros trabalhos: “Enfim, sou de parecer – se interpretei bem seu prólogo – de que não há que sobrecarregar o espírito das pessoas a que se propõe educar. Nada o impede voltar à carga, no momento oportuno, para ressaltar ainda mais esta base materialista d’*O Capital*” (MARX; ENGELS, 2020, p. 337). Desde então, muitos trabalhos têm repercutido em um ou outro desses dois opostos, acabam resvalando num pedantismo em relação à sua forma científica ou acabam por negligenciar a sua base materialista.

Por isso, atentando-nos para o rigor científico desta obra, bem como o seu, não menos rigoroso, sistema expressivo, pretendemos no presente artigo tratar, ainda que de forma introdutória, a temática das formas literárias presentes em seu percurso expositivo. Neste sentido, se o modo de exposição abrange o encadeamento de cada categoria no todo da obra, as formas literárias se referem ao processo explicativo de cada determinação que compõe as categorias, ou em outras palavras, diz respeito ao modo como Marx explica as determinações mais sutis e como ilustra as mais complexas. Apresentaremos, então, alguns apontamentos que almejam indicar que, no conjunto dos recursos textuais utilizados por Marx, as formas literárias cumpriram nesta obra, além do papel de trazer ao seu conteúdo uma maior nitidez em relação à

---

realidade social que trata, também uma função didática, na medida em que, por meio do modo com que utiliza estas formas literárias, Marx possibilita ao seu leitor a progressiva apreensão do conteúdo. Deste modo, dado os limites formais do texto, abordaremos algumas das formas literárias que mais se evidenciam no decorrer dos capítulos quatro e cinco do livro primeiro desta obra, considerando o contexto no qual elas se inserem e caracterizando as funções que se evidenciam no interior desse percurso expositivo. Esperamos com isso, contribuir para a compreensão da dinâmica histórica, social e política do capitalismo e sua relação com a educação.

### **1 As formas literárias em *O capital***

Por meio dos processos de abstração e de concreção que permeiam a exposição de todo o complexo das categorias que envolvem esta obra, e tornam possível a demonstração de seu objeto – o capital – tanto do ponto de vista de seu processo diacrônico quanto pela via de sua conformação sincrônica, Marx demonstra as bases fundamentais da sociabilidade burguesa, amparando-se não somente em um desdobramento de conteúdos que as caracterizaria, mas lançando mão de um conjunto de formas literárias – umbilicalmente associadas ao desenvolvimento de suas categorias – que, por um lado, lhe oferece maior rigorosidade argumentativa e, por outro, confere um caráter notadamente didático ao processo de constituição histórica das categorias.

O percurso expositivo que se eleva do abstrato ao concreto pensado, como já sinalizado em sua Introdução à crítica da economia política (MARX, 2011), acaba por se revelar na própria totalidade do conjunto teórico que compõe a obra *O Capital*; percurso este que permite evidenciar as particularidades que compõem a singularidade e a universalidade das “(...) sociedades onde reina o modo de produção capitalista (...)” (MARX, 2017, p. 113). Marx tinha ciência da densidade teórica que constituiria esta obra; o que lhe exigiria, pelo próprio caráter de seu temário, uma expressividade complexa que, possivelmente, perturbaria a assimilação desse conteúdo. Não por acaso, os repetidos reajustes, reformulações, readequações, que, conforme elucidado por Rosdolsky (2001), demarcaram a longa trajetória de elaboração d’*O Capital*, se deviam não somente aos resultados progressivamente obtidos em suas volumosas pesquisas ao longo dos mais de dez anos de elaboração

desta obra, como também ao empenho deste autor<sup>5</sup> por trazer em sua composição textual as particularidades de seu objeto, e do mesmo modo, tornar o seu conjunto argumentativo compreensível.

Esta faceta da obra *O Capital*, ou seja, o modo de exposição que constitui o seu percurso categorial, já foi alvo de uma expressiva quantidade de autores como: Chistopher John Arthur (2016), Harry Cleaver (1981), Marcos Lutz Müller (1982), Hector Benoit (1996), Jair Antunes (2005), Jorge Grespan (1999), Helmut Reichelt (2013), Jindrich Zeleny (1974), Gustavo Machado (2018), Roman Rosdolsky (2001), Hans Friedrich Fulda (2017). E no âmago de seu caminho expositivo, as formas literárias, ainda que não de forma tão expressiva, tiveram repercussão nos estudos desta obra marxiana. Nada obstante, no que concerne ao universo estético e artístico da trajetória teórica de Karl Marx, estas contribuições já correspondem a uma considerável produção teórica que remete a autores como György Lukács (1966-1967, 1970), Adolfo Sánchez Vásquez (2011 [1965]), Terry Eagleton (2011 [1976] e 1993), e tantos outros. Do mesmo modo, podemos verificar uma abundante produção sobre as formas literárias deste autor no transcurso da caracterização categorial em suas elaborações teóricas. No que diz respeito à sua obra magna, *O Capital*, isto não é diferente; Fonte (2020) relata que desde a obra *Rumo à estação Finlândia* de Edmund Wilson (2006), que teve a sua primeira publicação lançada em 1940, tem-se evidenciado diversos aspectos das formas literárias em *O Capital*, ensejando, inclusive, interpretações distintas sobre a sua caracterização no interior desta obra, incutindo a ela, sob o ponto de vista de alguns autores, uma linguagem que se aproxima da paródia, ou na interpretação de outros, um caráter linguístico similar a um drama trágico. Tanto a multiplicidade de obras literárias citadas por Marx – tal como Shakespeare, Goethe, Dante, ou até mesmo a Bíblia –, como as diferentes figuras de linguagem que ele lança mão em sua estrutura enunciativa, como a metáfora, a ironia, a prosopopeia, entre tantas outras, despertam a atenção de seus leitores e estudiosos e têm instigado reflexões sobre o seu papel no interior da teoria desenvolvida em sua obra. Todavia, notamos que, no que se refere ao potencial didático que estas formas literárias assumem no conjunto expositivo de *O Capital*, este

---

<sup>5</sup> Não obstante as graves dificuldades econômicas vivenciadas por Marx e sua família, bem como as frequentes enfermidades que lhe acometiam à época da elaboração desta obra, em carta endereçada a um de seus amigos, Marx declara: “Por que não lhe respondi? Porque me encontrava constantemente à beira da tumba. Devia, pois, aproveitar cada instante de validade para terminar minha obra, à qual sacrifiquei saúde, alegria de viver e família.” (Carta a um socialista alemão em 1867) (MARX, 1997, p. 24).

aspecto é praticamente inaudito em toda a produção analisada. Deste modo, com o objetivo de trazermos alguns apontamentos sobre este aspecto na referida obra marxiana, no item que se segue abordaremos, em linhas gerais, as principais categorias tratadas por Marx no decorrer dos capítulos primeiro ao quinto de sua obra e, em seguida, apresentaremos uma análise detalhada de algumas das principais formas literárias que se destacam nos capítulos quatro e cinco desta obra.

## 2 Da mercadoria ao mais-valor

Na primeira seção de *O Capital* encontramos a exposição das conclusões que Marx chegou ao analisar a circulação de mercadorias na sociedade capitalista. Para tanto, ele inicia a sua exposição pela mercadoria. Marx aborda, na análise dessa, a unidade entre valor de uso – determinadas propriedades de uma coisa que satisfazem necessidades humanas de qualquer tipo – e valor - a quantidade de trabalho humano abstrato socialmente necessário à produção de uma mercadoria. O autor compreende tanto o valor como sua substância, o trabalho humano abstrato, como relações sociais. Expressa-se, portanto, nessa unidade de contrários o caráter dúplice do trabalho produtor de mercadorias, ou seja, a unidade entre trabalho útil concreto e trabalho humano abstrato socialmente necessário.

O valor tem como forma de sua manifestação os valores de troca. Para ter seus valores expressos no mundo das mercadorias é necessário que o corpo de uma mercadoria (aquela que se encontra na forma equivalente do valor), o seu valor de uso, se converta na forma de manifestação do seu contrário, o valor (da mercadoria que se encontra na forma relativa do valor). Assim o trabalho abstrato ganha expressão por meio de um trabalho concreto, específico. Um trabalho privado autônomo e independente dos outros, característica *sine qua non* da produção mercantil, se converte na forma de manifestação do trabalho diretamente social. Todas essas determinações das formas do valor, imprescindíveis à forma mercadoria da riqueza material, culminam no caráter fetichista da produção capitalista, analisada no fim do capítulo primeiro.

O segundo capítulo, por sua vez, tem por objetivo situar o processo da troca inserindo na análise seus portadores, ou seja, os possuidores de mercadorias. Esses não são levados em consideração no nível de abstração que a mercadoria é tomada no capítulo anterior, já que a apresentação das formas do valor se dá pelas formas:

simples, individual ou ocasional; total ou desdobrada; universal; e a forma dinheiro, juntamente com sua expressão individualizada, que é a forma preço. Pode parecer, para um leitor desavisado, que essas formas do valor, desenvolvidas no primeiro capítulo, se dão ao longo de um contínuo e longo desenvolvimento histórico, no entanto, nota-se que o percurso de demonstração da forma mercadoria no capítulo primeiro não tem por base um desenvolvimento histórico linear da mercadoria, por mais que a historicidade dessa categoria seja incorporada na análise ali exposta. No capítulo segundo, vemos que as mercadorias não se trocam sozinhas, elas necessitam de seus portadores para serem trocadas, ou seja, nesta relação, são os agentes econômicos, os proprietários privados, que cumprem o papel de viabilizar a troca. Assim que as trocas ganham uma certa regularidade em determinadas sociedades, elas necessitam, da forma dinheiro. “Portanto, na mesma medida em que se opera a metamorfose dos produtos do trabalho em mercadorias, opera-se também a metamorfose da mercadoria em dinheiro.” (MARX, 2017, p. 161)

Assim, Marx demonstra o caráter ilusório das formulações socialistas utópicas, como a de Proudhon, que condenam a forma dinheiro enquanto fazem coro com toda a Economia Política, a naturalizar a forma mercadoria.

Esses elementos apresentados no segundo capítulo, introduzem à temática do capítulo terceiro, que fecha a seção primeira. Este tem por objetivo delinear as determinações das funções que essa figura modificada do mundo das mercadorias, o dinheiro, cumpre na sociedade capitalista. Como medida do valor, o dinheiro é que serve como forma de mensurar a quantidade de trabalho abstrato contido em cada mercadoria. Como meio de circulação ele sofre, pelas próprias determinações da mercadoria, uma série de metamorfoses que tem por fim, garantir a circulação das mercadorias conforme o volume e velocidade das trocas; ou em outras palavras, demonstra-se o curso do dinheiro, que nada mais é que o próprio curso das mercadorias. Estão inscritas à análise do dinheiro, como meio de circulação, as determinações que ele sofre como moeda, ou seja, como signo do valor. O dinheiro, assim analisado, pode se encontrar em forma de *entesouramento*, como *meio de pagamento* e como *dinheiro mundial*. Como meio de pagamento, ele guarda as determinações daquilo que se converterá nas determinações do crédito, conforme analisado na seção V *Cisão do lucro em juros e ganho empresarial. O capital portador de juros*, no livro III de *O Capital* (MARX, 2013) e futura.

A segunda seção, A transformação do dinheiro em capital, composta somente por um capítulo homônimo, é destinada à diferenciação entre o movimento que o dinheiro percorre na circulação simples de mercadorias – M-D-M, vender para comprar – e como esse movimento ocorre na circulação como capital – D-M-D', comprar para vender. Esta última forma é a fórmula geral do capital. Temos contida nela, de forma comprimida, as formas do capital comercial, usurário e o industrial. No entanto, neste momento desta exposição, Marx observa que “A forma que a circulação assume quando o dinheiro se transforma em capital contradiz todas as leis que investigamos anteriormente sobre a natureza da mercadoria, do valor, do dinheiro e da própria circulação” (MARX, 2017, p. 231). Como pode, segundo ele, surgir um incremento de valor “ ’ ” no dinheiro inicial pelo simples ato de comprar para vender? Ou ainda, poderia o mais-valor contido no D' surgir da circulação de mercadorias mantendo-se a troca de equivalentes? E por outro lado, poderia o mais-valor surgir sem que as figuras de valor se metamorfoseassem de dinheiro para mercadoria e desta última para dinheiro novamente? Por sucessivas negações, Marx chegará às condições sob as quais inevitavelmente o problema tem de ser resolvido, apresentando neste momento um dos personagens que comporá sua construção textual até a produção do mais-valor: o capitalista.

A transformação do dinheiro em capital tem de ser explicada com base nas leis imanentes da troca de mercadorias, de modo que a troca de equivalentes seja o ponto de partida. Nosso possuidor de dinheiro, que ainda é apenas um capitalista em estado larval, tem de comprar as mercadorias pelo seu valor, vende-las pelo seu valor e, no entanto, no final do processo, retirar da circulação mais valor do que ele nela lançara inicialmente. Sua metamorfose de larva em borboleta [Schmetterlingsentfaltung] tem de se dar na esfera da circulação e não pode se dar na esfera da circulação. Essas são as condições do problema. Hic Rhodus, hic salta! (MARX, 2017, 241).

O problema então é solucionado no item A compra e venda da força de trabalho. Não podendo o mais-valor surgir de uma mudança no próprio dinheiro – seja no início ou no final do percurso D-M-D' e tampouco por sua metamorfose em D-M, ou em M-D' –, ou seja, no âmbito da circulação, a mudança só pode se processar no valor de uso da mercadoria M. Deve-se, pois, encontrar uma mercadoria que ao ser consumida produz valor. “E o possuidor de dinheiro encontra no mercado uma tal mercadoria específica: a capacidade de trabalho, ou força de trabalho” (MARX, 2017, p. 242). E Marx a conceitua como sendo “(...) o conjunto das capacidades físicas e mentais que existem na corporeidade [Leiblichkeit], na personalidade viva de um

homem e que ele põe em movimento sempre que produz valor de uso de qualquer tipo” (MARX, 2017, p. 242). Para vender a força de trabalho o indivíduo portador dela deve dispor de sua propriedade, ou seja, têm que ser livre proprietário de sua capacidade de trabalhar, e ainda, ao não encontrar forma de produzir mercadorias de maneira autônoma, e ao não encontrar forma de suprir as suas necessidades, tem que vender sua capacidade de trabalho<sup>6</sup>.

A compra e venda de força de trabalho se dá do mesmo modo com que ocorre a compra e venda de qualquer mercadoria, ou seja, pela troca entre equivalentes. A determinidade quantitativa do valor da força de trabalho, por sua vez, se dá pelas mesmas determinações que vimos ao analisar o valor: uma dada quantidade de trabalho humano socialmente necessária à produção de força de trabalho. O conjunto de meios de subsistência necessários a repor o desgaste físico-mental da força de trabalho que ocorre no transcurso da produção como: alimentação, vestimenta, habitação, educação<sup>7</sup>, lazer, saúde etc., necessitam de uma certa quantidade de trabalho para serem produzidas e é essa quantidade de trabalho abstrato que determinará o valor da força de trabalho. Elementos de natureza histórico-culturais irão determinar também o conjunto dos meios de subsistência necessários à reprodução da força de trabalho, mas em uma sociabilidade dada e um momento histórico determinado esse valor é dado. A reprodução dessa classe específica de trabalhadores, o proletariado, tem que ser levada em consideração no computo do valor da força de trabalho; ou seja, na produção de uma classe de trabalhadores, assim, o conjunto dos valores devem incluir dos meios necessários para a criação dos filhos dessa classe. No cálculo da força de trabalho, portanto, leva-se em consideração a família e não apenas o trabalhador como indivíduo isolado.

A seção sobre *A produção do mais-valor absoluto* é iniciada com a análise do processo de trabalho. Este é tomado em suas características gerais, ou seja, desconsideradas as formas sociais que o processo de trabalho assume em cada

---

<sup>6</sup> Os fatores históricos que produziram o proletariado não são analisados neste momento. Marx só vai fazer isso no capítulo 24 do Livro I. Aqui ele toma a questão do mesmo jeito que o burguês o faz, ou seja, colocando de lado as determinações históricas. Mesmo assim, conclui ele: “Uma coisa, no entanto, é clara: a natureza não produz possuidores de dinheiro e de mercadorias, de um lado, e simples possuidores de suas próprias forças de trabalho, de outro. Essa não é uma relação histórico-natural [naturgeschichtliches], tampouco uma relação social comum a todos os períodos históricos, mas é claramente o resultado de um desenvolvimento histórico anterior, o produto de muitas revoluções econômicas, da destruição de toda uma série de formas anteriores de produção social” (MARX, 2017, p. 244).

<sup>7</sup> No caso desta ela é específica à complexidade da força de trabalho consumida. Normalmente uma força de trabalho mais complexa, mais qualificada, necessita de formação específica.

---

formação social. Toma-se, portanto, as características do processo de trabalho que aparecem em todas as formações sociais. É feita dessa forma justamente para, ao analisar o processo de valorização, forma específica que se processa o trabalho na sociedade capitalista, distinguir-se o que é específico desse modo de produzir a vida.

Tomado dessa forma geral o trabalho é “(...) um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza” (MARX, 2017, p. 255). De um lado temos o ser social com suas necessidades, por outro temos as possibilidades naturais para a realização dessas necessidades. No campo das possibilidades naturais temos não só o conjunto dos seres orgânicos e inorgânicos que compõe o ambiente em que esse trabalho é realizado, mas também, e sobretudo, as possibilidades contidas no ser social legadas pelo longo percurso natural. A corporeidade natural humana faz parte do conjunto das possibilidades que o trabalho terá que defrontar-se para produzir o conjunto dos meios de produção necessários à produção da vida em sociedade. É nessa contradição entre necessidades e possibilidades que o trabalho humano atua. O ser social atua, portanto, de forma a subordinar sua atividade de transformação da natureza conforme os fins previamente estabelecidos; e no transcurso da atividade laboral se enriquece das possibilidades de si e da natureza. O trabalho modifica, portanto, não só a natureza, mas também a “natureza” do ser social. Modifica não só o ser social, mas também e sobretudo as relações que estes estabelecem entre eles. Assim: “os momentos simples do processo de trabalho são, em primeiro lugar, a atividade orientada a um fim, ou o trabalho propriamente dito; em segundo lugar, seu objeto e, em terceiro, seus meios” (MARX, 2017, p. 256).

Os objetos de trabalho se dividem ainda em aqueles que não necessitam de trabalhos anteriores para serem produzidos, como as jazidas de minério de ferro, e as matérias primas e auxiliares, nas quais já estão incorporadas uma dada quantidade de trabalho, como por exemplo, o minério de ferro já extraído e a gasolina, respectivamente. Os meios de produção são tudo aquilo que é interposto pelo ser social entre ele e os objetos de trabalho, ou seja, desde as ferramentas feitas com ossos e madeira até um braço robótico da atual produção automatizada. Estes são, em traços simples, os componentes necessários a qualquer produção de valores de uso em qualquer formação social: o trabalho e os meios de produção (objetos de trabalho e meios de trabalho).

---

O processo de valorização pressupõe o processo de trabalho, mas nele tem que se “produzir não só um valor de uso, mas uma mercadoria; não só valor de uso, mas valor, e não só valor, mas também mais-valor” (MARX, 2017, p. 263). A produção de um valor de uso só é objetivo na produção capitalista na medida que se cristaliza nela uma dada quantidade de valor. “Não se trata mais, aqui, da qualidade, do caráter e do conteúdo específicos do trabalho, mas apenas de sua quantidade. É apenas essa última que cabe calcular” (MARX, 2017, p. 266).

Por meio de um rico e detalhado exemplo, Marx elucidará a produção de um valor de uso específico, que necessita da compra de meios de produção e força de trabalho, necessários à produção deste item. Mas o que é central na análise, assim como na produção capitalista, são os valores dispendidos na aquisição das mercadorias necessárias ao processo de produção e o conjunto dos valores, convertidos e expressos em dinheiro, que dele resulta, já na esfera da circulação.

Durante o processo de produção, o que não é senão o consumo de força de trabalho, é cristalizado nas mercadorias um somatório de valores que excedem o valor da força de trabalho. O valor de uso da força de trabalho e o valor das mercadorias produzidas pelo trabalhador pertencem ao capitalista, assim como os nutrientes de um pão pertencem a quem o comprou. Parte do valor produzido desempenhará a função de meio de pagamento ao crédito fornecido ao capitalista pelo trabalhador antes de iniciar o processo de produção, parte dos valores são o mais-valor, que não é senão o único objetivo do processo de valorização.

Ora, se compararmos o processo de formação de valor com o processo de valorização, veremos que este último não é mais do que um processo de formação de valor que se estende para além de certo ponto. Se não ultrapassa o ponto em que o valor da força de trabalho pago pelo capital é substituído por um novo equivalente, ele é simplesmente um processo de formação de valor. Se ultrapassa esse ponto, ele se torna processo de valorização. (MARX, 2017, p. 271)

Estabelece-se, por fim, que o caráter específico da produção capitalista: “o processo de produção, como unidade dos processos de trabalho e de formação de valor, é processo de produção de mercadorias; como unidade dos processos de trabalho e de valorização, é processo de produção capitalista, forma capitalista da produção de mercadorias.” (MARX, 2017, p. 273)

### 3 Forma literária, seu conteúdo e sua relação com a educação

Após a apresentação do processo de trabalho em geral, independentemente do modo de produção em que ele ocorre, no primeiro item do capítulo cinco, Marx então declara: “Voltemos, agora, ao nosso capitalista *in spe* [aspirante] (...)” (MARX, 2017, p. 262), dizendo que o *deixamos* após ele ter comprado a força de trabalho e os meios de produção. Ele caracteriza esse personagem como arguto e esperto: “Com o olhar arguto de um experto, ele selecionou a força de trabalho e os meios de produção adequados a seu negócio (...)” (MARX, 2017, p. 262). E, após a compra dos fatores necessários ao processo de trabalho, Marx anuncia que o *nosso* capitalista se põe então a consumir esses elementos que ele comprou e, portanto, lhe pertencem. Neste sentido, ele esclarece que “De seu ponto de vista [do capitalista], o processo de trabalho não é mais do que o consumo da mercadoria por ele comprada (...)” (MARX, 2017, p. 262); ou seja, força de trabalho e meios de produção são seus valores de uso, ao passo que o produto deste processo de trabalho “(...) lhe pertence tanto quanto o produto do processo de fermentação em sua adega” (MARX, 2017, p. 263). Este produto, no entanto, não se destina a se constituir como valor de uso para o capitalista: “Mas apesar de as botas, por exemplo, constituírem, de certo modo, a base do progresso social e nosso capitalista ser um ‘progressista’ convicto, ele não as fabrica por elas mesmas” (MARX, 2017, p. 263). Marx explica que o produto em questão só é produzido porque o capitalista quer produzir um valor de uso que tenha um valor de troca, ou seja, uma mercadoria, e que seu valor seja maior do que a soma dos valores exigidos para produzi-lo.

Assim, visto que o processo de produção havia sido, até então, concebido independentemente do modo de produção em que ocorre, Marx esclarece que o processo, neste momento, deve ser considerado como *processo de formação de valor*. Então, ele oferece um exemplo no qual elenca os valores necessários para a fabricação de fios de algodão. Pressupondo que o valor diário da força de trabalho – no caso, do fiandeiro – representa-se no preço de 3 xelins, que correspondem a seis horas de trabalho incorporado ; pressupondo também que os valores dos meios de produção – no caso, algodão, fusos e outros meios de trabalho empregados, correspondem a 12 xelins, ou à materialização de dois dias de trabalho –; e, por fim, pressupondo que durante o trabalho exercido – neste caso, no processo de fiação –

são absorvidas seis horas de trabalho que correspondem a três xelins; cristalizaram neste processo, o valor total de dois dias e meio de trabalho socialmente necessário, representado numa massa de ouro de 15 xelins. Disso, conclui-se, então, que ao final do processo de trabalho, foi obtido um valor total *igual* ao valor do *capital adiantado*, ou seja, o processo de *formação de valor* somente cristalizou valores que serviram para repor os valores necessários ao consumo do trabalhador e os valores referentes aos meios de produção.

Este resultado, segundo Marx, surpreende o *nosso* capitalista: “Nosso capitalista fica perplexo. O valor do produto é igual ao valor do capital adiantado. O valor adiantado não se valorizou, não gerou mais-valor e, portanto, não se transformou em capital” (MARX, 2017, p. 267). Assim, Marx retoma os processos que não resultam em mais-valor, tal como ele havia abordado no capítulo anterior, ou seja, sob o ponto de vista da circulação; entretanto, agora, sob a narrativa do *capitalista* que ainda se encontrava enfurecido:

É possível que o capitalista, instruído pela economia vulgar, diga que adiantou seu dinheiro com a intenção de fazer mais dinheiro. Mas o caminho para ao inferno é pavimentado com boas intenções, e sua intenção poderia ser, igualmente, a de fazer dinheiro sem produzir nada. Ele ameaça todo tipo de coisa e está resolvido a não se deixar apanhar novamente. De agora em diante, em vez de ele próprio fabricá-la, comprará a mercadoria pronta no mercado. Mas se todos os seus irmãos capitalistas fizerem o mesmo, onde ele encontrará mercadoria no mercado? E dinheiro ele não pode comer. Prega, então, um sermão. Diz que é preciso levar em conta sua abstinência. Ele poderia ter desbaratado seus 15 xelins. Em vez disso, consumiu-os produtivamente e transformou-os em fio, e justamente por isso ele possui agora o fio, e não a consciência pesada. Ele não precisa se rebaixar ao papel do entesourador, que já nos mostrou a que fim leva tal ascetismo. Além disso, como diz o provérbio: onde não há, el-rei o perde. Qualquer que seja o mérito de sua abstinência, não há nada com o que se possa recompensá-la, pois o valor do produto que resulta do processo não é mais do que a soma dos valores das mercadorias lançadas na produção (MARX, 2017, p. 268).

Não resolvendo o seu problema comprando mais barato e vendendo mais caro, nem comprando a mercadoria pronta no mercado, nem sequer “rebaixando-se” ao papel de entesourador, o *capitalista*, então, se defende:

(...) ele continua a importunar. O fio, diz, não lhe serve de nada. Ele o produziu para a venda. (...) Ele se empertiga, desafiante, apoiando-se nas patas traseiras. Poderia o trabalhador, apenas com seus próprios meios corporais, criar no éter configurações do trabalho, mercadorias? Não é verdade que ele, nosso capitalista, forneceu ao trabalhador os materiais com os quais – e nos quais – ele pode dar corpo a seu trabalho? E considerando-se que a maior parte da sociedade consiste de tais pés-rapados [*Habenichtsen*], não prestou ele um inestimável serviço à sociedade por meio de seus meios de produção, seu algodão e seus fusos, para não falar do serviço prestado ao próprio

---

trabalhador, ao qual, além de tudo, ele ainda garante dos meios de subsistência? E não deve ele cobrar por esse serviço prestado? (MARX, 2017, p. 268 e 269).

Então, diante dessa defesa do *nosso capitalista*, Marx explica que, neste processo de trabalho não se trata de “serviços”, mas de *valor de troca*, e que o capitalista “(...) pagou ao trabalhador o valor de 3 xelins, e este lhe retribuiu com um equivalente exato: o valor de 3 xelins adicionado ao algodão. Trocou-se valor por valor” (MARX, 2017, p. 269). Diante disso, este personagem, ainda enfaticamente se defendendo, assume uma postura modesta: “Ele próprio, o capitalista, não trabalhou? Não realizou ele o trabalho de controle e supervisão do tecelão? E esse seu trabalho também não gera valor?” (MARX, 2017, p. 269). No entanto, Marx aponta nesta narrativa os agentes que na realidade cumpriram esta função: “Mas seu próprio *overlooker* [supervisor] e seu gerente dão de ombros” (MARX, 2017, p. 269).

A partir de então, o personagem que até aquele momento se demonstrava prejudicado diante das relações de produção que empreendeu, muda a sua expressão:

Enquanto isso, ele já assumiu, com um largo sorriso, sua fisionomia usual. Ele nos rezou toda essa ladainha, mas não dá por ela nem um tostão. Esses e outros subterfúgios e truques baratos ele deixa aos professores de economia política, que são pagos para isso. Já ele, ao contrário, é um homem prático, que nem sempre sabe o que diz quando se encontra fora de seu negócio, mas sabe muito bem o que faz dentro dele (MARX, 2017, p. 269).

Desse modo, Marx desvela então o mais-valor gerado no processo de *formação de valor*. O valor da força de trabalho, ou seja, o conjunto dos meios de subsistência necessários ao trabalhador para produzir a força de trabalho – no caso, do fiandeiro – correspondia a seis horas, representadas em 3 xelins. No entanto, esse trabalho passado, pré-existente, e o trabalho vivo, exercido no processo de fiação, “(...) são duas grandezas completamente distintas” (MARX, 2017, p. 270). Enquanto o valor da força de trabalho – trabalho passado – se apresenta na relação de troca entre capitalista e trabalhador, o trabalho vivo – neste caso, o processo de fiação – constitui-se como valor de uso do capitalista. Assim, nada impede ao capitalista de que, ao invés de seis horas, faça com que sejam empreendidas 12 horas de trabalho. A somatória dos valores, portanto, não serão referentes a seis horas, mas a uma jornada de trabalho de 12 horas:

Consideremos os produtos do processo prolongado de trabalho. Nas 20 libras de fio estão objetivadas, agora, 5 jornadas de trabalho, das quais 4 foram

---

empregadas na produção do algodão e dos fusos e 1 foi absorvida pelo algodão durante o processo de fiação. A expressão em ouro das 5 jornadas de trabalho é 30 xelins ou 1 libra esterlina e 10 xelins. Esse é, portanto, o preço das 20 libras de fio. A libra de fio continua a custar 1 xelim e 6 *pence*, mas a quantidade de valor das mercadorias lançadas no processo soma 27 xelins. O valor do fio é de 30 xelins. O valor do produto aumentou um nono sobre o valor adiantado em sua produção. Desse modo, 27 xelins transformaram-se em 30 xelins, criando um mais-valor de 3 xelins (MARX, 2017, p. 270-271).

O *nosso capitalista*: “(...) previu esse estado de coisas, e o caso o faz rir” (MARX, 2017, p. 270). E o processo obteve o resultado almejado “O dinheiro converteu-se em capital” (MARX, 2017, p. 271).

Assim, diante da narrativa empregada por Marx para demonstrar o processo de valorização do valor, de extração de mais-valor, perguntamos, então, por que o autor utilizou dessa forma textual para demonstrar as relações capitalistas de produção? Por que Marx lançou mão de uma narrativa para tratar de uma categoria tão crucial em sua obra? Essa forma ficcional empregada não ajudaria a endossar que o *mais-valor*, na realidade, é uma invenção de Marx?

Vejamos a coisa mais de perto.

Voltemo-nos, inicialmente, a momentos anteriores de sua exposição, onde notamos que ele, no capítulo quatro, em sua demonstração das contradições da fórmula geral do capital sob o ponto de vista da esfera da circulação, questiona: “Talvez nossa dificuldade provenha do fato de termos tratado os atores apenas como categorias personificadas, e não individualmente” (MARX, 2017, p. 237). Então, por meio de sua elucidação de que a relação de troca não se efetiva somente considerando o valor de um ou de outro possuidor, mas do valor total circulante, e que, portanto, não na troca não ocorre incremento de valor, Marx também esclarece que “A totalidade da classe capitalista de um país não pode se aproveitar de si mesma” (MARX, 2017, p. 238), e portanto, a *dificuldade* não advém dessa forma com que ele realiza a sua explanação, ou seja, tomando os agentes econômicos como *categorias personificadas*. Tal argumento nos leva a entender que, no entender do autor, a *personificação* não prejudicaria a caracterização que realiza em seu percurso expositivo. Nos perguntamos, então, se realmente este modo de exposição não “enuviaria” o caráter científico de sua teoria. Continuemos.

Notamos que a personificação do *capitalista*, já havia sido explicitada pouco antes, na apresentação da fórmula geral do capital:

---

Como portador consciente desse movimento, o possuidor de dinheiro se torna capitalista. Sua pessoa, ou melhor, seu bolso, é o ponto de partida e de retorno do dinheiro. O conteúdo objetivo daquela circulação – a valorização do valor – é sua finalidade subjetiva, e é somente enquanto a apropriação crescente da riqueza abstrata é o único motivo de suas operações que ele funciona como capitalista ou como capital personificado, dotado de vontade e consciência (MARX, 2017, p. 229).

Embora neste momento da exposição Marx ainda não tenha demonstrado a contradição da fórmula geral do capital, e portanto, tenha caracterizado o capitalista, tal como os demais elementos inerentes à circulação, com o objetivo de demonstrar a impossibilidade de, na esfera da circulação, produzir-se mais-valor, o autor já o descreve como *capital personificado*, ao passo que a valorização do valor é sua *finalidade subjetiva*.

Porém, ao debruçarmo-nos sobre de onde advém esta personificação dos agentes econômicos, notamos que ela já se apresentava não somente no contexto do desenvolvimento expositivo da produção de capital, mas, muito antes, desde a sua explanação sobre o *processo de troca*, na medida em que as mercadorias “(...) não podem ir por si mesmas ao mercado e trocar-se umas pelas outras. Temos, portanto, de nos voltar para seus *guardiões*, os possuidores de mercadorias” (p. 159 – grifos nossos). Então, Marx explica que:

Aqui, as pessoas existem umas para as outras apenas como representantes da mercadoria e, por conseguinte, como possuidoras de mercadorias. Na sequência de nossa exposição, veremos que as máscaras econômicas das pessoas não passam de personificações das relações econômicas, e que as pessoas se defrontam umas com as outras como suportes [*Träger*] dessas relações (MARX, 2017, p. 159-160).

Desse modo, a questão se reforça: qual a finalidade do autor em adotar a narrativa como modo de demonstração de sua teoria? Visto que a demonstração de uma teoria poder-se-ia ser realizada pela simples descrição dos resultados obtidos nos processos investigativos que permitiram chegar a tais resultados, o que motivaria esse autor a demonstrar o encadeamento categorial em sua obra por meio dessa forma literária?

Ora, a resposta a essas questões advém da própria condição histórica e social sob a qual se desenvolvem essas relações de produção e sob a qual os agentes econômicos se defrontam. Como vimos, nas relações de troca, os proprietários privados só existem uns para os outros como *representantes da mercadoria*. Para usufruírem do valor de uso, ou seja, para suprirem as suas necessidades, devem se

defrontar na relação de troca. Para tanto, as mercadorias que possuem não têm valores de uso imediato para o seu possuidor. Só abre, portanto, a possibilidade de se efetivar seus valores de uso após a relação de troca. Não obstante essa determinação, viu-se que nessa específica relação de produção, um dos agentes econômicos – o capitalista - coloca-se como detentor dos meios de produção necessários à produção das mercadorias, ou seja, dos produtos com os quais, a partir da relação de troca, se viabiliza o provimento das necessidades desses indivíduos; porém, como o objetivo da produção não é a realização de um valor de uso para o proprietário desses meios de produção, mas de *valor*, e não somente de *valor*, mas de um *mais-valor*, ele necessita ir ao mercado para encontrar uma mercadoria que lhe possibilite esse resultado, a força de trabalho. O outro agente econômico – o trabalhador –, por sua vez, ao não possuir os meios de produção, e conseqüentemente, os produtos com os quais viabilizaria o suprimento de suas necessidades, necessita vender a única mercadoria que possui, a força de trabalho, para sobreviver. Deste modo, ele deve, tal como o primeiro, ir ao mercado, mas não para comprar e sim para vender a sua mercadoria, a força de trabalho. E essa relação se estabelece de modo que, se o primeiro *o processo de trabalho não é mais do que o consumo da mercadoria por ele comprada*, o segundo, após vender a sua mercadoria, segue à produção “(...) tímido e hesitante, como alguém que trouxe sua própria pele ao mercado e, agora, não tem mais nada a esperar além da... esfolia” (MARX, 2017, p. 251). Por meio dessa relação de troca entre valores equivalentes na qual “(...) as condições do problema foram satisfeitas, sem que tenha ocorrido qualquer violação das leis da troca de mercadorias. Trocou-se equivalente por equivalente (...)” (Marx, 2017, p. 271), viabiliza-se a *finalidade subjetiva* do primeiro, ou seja, a *valorização do valor*, e a *finalidade subjetiva do segundo*, que é a de suprir as suas necessidades e garantir a sua sobrevivência: “E assim está *“tout pour le mieux dans le meilleur des mondes possibles”* [Tudo ocorre da melhor maneira no melhor dos mundos possíveis] (MARX, 2017, p. 271).

Como pudemos verificar no transcorrer da exposição, por meio do encadeamento das categorias realizado desde o primeiro até o quinto capítulo, como exposto acima, compreendemos que as relações entre os *agentes econômicos* são *efetivamente* intermediadas pela mercadoria. Na medida em que estes agentes, *livres proprietários* de suas mercadorias, devem se inserir nestas relações de produção que

se realizam necessariamente pela *igualdade*, visto que a lei de intercâmbio não deve ser violada, e, visto que estes agentes, tanto um quanto o outro, não se constituem somente como *guardiões* únicos e isolados dessas mercadorias, mas integram relações de concorrência com os demais indivíduos que igualmente almejam a sua inserção nestas relações; estes agentes, por conseguinte, se constituem, necessariamente, como *personificações* destas relações econômicas. Nas relações mercantis capitalistas, trabalhadores e capitalistas constituem-se *efetivamente* como personificações por meio das quais esse modo de produção sobrevive. Não em vão, Marx em seu prefácio à primeira edição d' *O Capital*, enfatiza que

(...) aqui só se trata de pessoas na medida em que elas constituem a personificação de categorias econômicas, as portadoras de determinadas relações e interesses de classes" (MARX, 2017, p. 80).

E também, não em vão, ao final do primeiro capítulo desta obra, Marx realiza uma analogia das relações mercantis com o *mundo religioso*, no qual "(...) os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria (...)" (MARX, 2017, p. 148), pois, o trabalho humano nesta forma social se expressa, *exclusivamente*, por meio da relação de troca entre mercadorias:

(...) os trabalhos privados só atuam efetivamente como elos do trabalho social total por meio das relações que a troca estabelece entre os produtos do trabalho e, por meio destes, também entre os produtores. A estes últimos, as relações sociais entre seus trabalhos privados aparecem como aquilo que elas são, isto é, não como relações diretamente sociais entre pessoas em seus próprios trabalhos, mas como relações reificadas entre pessoas e relações sociais entre coisas (MARX, 2017, p. 148).

Como pudemos observar, neste modo de produção, para que as necessidades humanas sejam supridas, ou seja, para que sejam realizados como *valores de uso*, necessariamente eles devem se manifestar como *valores*. Do mesmo modo, o trabalho, enquanto processo ineliminável de intercâmbio entre a humanidade e a natureza, com base no qual os seres humanos se realizam como humanos, nesta forma social, se manifesta como *trabalho humano abstrato*. Igualmente, os trabalhos privados e independentes, logo que se concretizam como valores, se manifestam como *trabalho social total*. Evidencia-se que, na manifestação do valor de uso como valor, na conversão do trabalho concreto em trabalho abstrato, e na objetivação dos trabalhos privados como trabalho social total, não se apresenta, de modo algum, uma

inversão *ilusória* subjetiva, mas uma inversão *efetiva* por meio da qual a vida humana se realiza nas *sociedades onde reina o modo de produção capitalista*.

Assim, a *personificação*, que se explicita na narrativa na forma do *personagem capitalista*, se demonstra como as próprias condições objetivas por meio das quais este agente econômico se efetiva como tal; ou em outras palavras, o indivíduo capitalista só se objetiva como capitalista, necessariamente, pela busca incessante da *valorização do valor*. Do mesmo modo, o trabalhador somente pode se constituir como tal porque, inevitavelmente, ele necessita vender a sua força de trabalho e efetivá-la como valor de uso do capitalista, porque, caso contrário, não sobrevive. Por isso, “(...) o capitalista transforma o valor – o trabalho passado, objetivado, morto – em capital, em valor que se autovaloriza, um monstro vivo que se põe a “trabalhar” como se seu corpo estivesse possuído de amor” (MARX, 2017, p. 271). Os agentes econômicos – capitalista e trabalhador – estabelecem a relação de troca e viabilizam o processo de *valorização do valor* porque se constituem como portadores destas relações sociais de produção, e se manifestam como expressões do processo de *valorização do valor*, do processo de conservação do modo capitalista de produção.

É nítida a acepção literária da passagem do quinto capítulo, há pouco tratada, bem como de diversas outras passagens do livro I de *O Capital*, como, por exemplo, na “fala” do personagem *trabalhador* argumentando sobre sua jornada de trabalho no oitavo capítulo, como veremos abaixo. Estas, dentre outras passagens, são montadas a partir das diversas manifestações de capitalistas e trabalhadores reais extraídas de sua luta cotidiana como militante político e durante anos de estudos, não somente teóricos, mas da realidade expressa nos jornais, relatórios de inspeção fabris, dos *livros azuis* do parlamento inglês, de relatos de Engels que mantinha contato diuturno com o universo fabril devido às suas atividades industriais. Marx nos sinaliza, também, a relação entre seus personagens e as classes que eles representam por meio de duas notas no transcurso da “fala” dessas classes sociais. Vejamos.

A primeira sinalização é encontrada na fala de *nosso capitalista*, transcrita acima, quando ele revela sua intenção de “fazer dinheiro sem produzir nada”. Na nota que segue a essa passagem vemos:

Assim, por exemplo, entre 1844 e 1847 ele retirou parte de seu capital do setor produtivo a fim de especular em ações ferroviárias. Do mesmo modo, durante a Guerra Civil Americana, ele fechou sua fábrica e abandonou seus operários à indigência a fim de especular em ações de algodão de Liverpool. (MARX, 2017, p. 268)

Outra sinalização podemos encontrar no oitavo capítulo, *A jornada de trabalho*. Marx está discorrendo sobre como, de maneira incessante e impiedosa, os capitalistas atuam para aumentar a jornada de trabalho. Ele diz: “(...) mas eis que, de repente, ergue-se a voz do trabalhador, que estava calada no frenesi do processo de produção:” (MARX, 2017, p. 308), e segue uma longa fala do personagem do trabalhador. Na nota que se segue à “fala” vemos:

Durante a grande greve dos *builders* [trabalhadores da construção civil] de Londres em 1860-1861 para a redução da jornada de trabalho para 9 horas, o comitê de greve publicou um manifesto que continha, em certa medida, o mesmo conteúdo da defesa de nosso trabalhador. O manifesto alude, não sem ironia, ao fato de que o mais cúvido dos “*building masters*” [empresários da construção] – um certo *sir M. Peto* – vivia “em odor de santidade” (...) (MARX, 2017, p. 308 - 309).

Essa forma de exprimir as categorias econômicas por meio da construção desses personagens tem por intuito também expressar, como dito no prefácio de 1867, citado há pouco, que esses agentes econômicos são portadores de “interesses de classes”; como se ele dissesse: “se a classe burguesa pudesse falar, diria isso...”. E não só isso, visto que essa teoria diz respeito ao modo de produção capitalista, e que, tal como vimos, ela se mostra como expressão da vida social contemporânea, um leitor e estudioso atento à realidade histórica, pode também facilmente encontrar essas “falas” nos acontecimentos presentes na conjuntura social onde vive, mantendo uma postura, assim, de sucessiva comprovação e atualização da teoria iniciada por Marx. A propósito, no que diz respeito às justificativas forjadas pelos burgueses e seus fiéis escudeiros, os economistas vulgares, estas não deixam de ser declamadas em suas falas pomposas nos veículos de comunicação à cada crise que o modo de produção capitalista produz, ou mesmo em uma fábrica fechada, nas demissões em massa, nas greves e panfletos que ainda hoje abundam em nossa realidade.

Não obstante essas determinações reais expressas por essa forma de construção textual, têm-se ainda, sobreposta e incorporada, uma outra finalidade: a de instruir, conduzir o leitor a fazer por si mesmo as relações dessa teoria com a

realidade; objetivo também daqueles que pretendem realizar uma educação emancipatória dos trabalhadores. Como apresenta Ludovico Silva (2012),

(...) é característica de todos os grandes pensadores que são, ao mesmo tempo, grandes estilistas apresentar as suas obras não como resultado de reflexões prévias, mas como *o processo ou o ato mesmo de pensar* – assim, o leitor experimenta um incessante alumbramento e dele se beneficia, pois, em vez de ver-se obrigado a digerir pensamentos enrijecidos, sente-se incitado a pensar, a repensar, e recriar o próprio processo das descobertas teóricas (SILVA, 2012, p. 12 – grifos do autor).

Nas passagens analisadas, Marx, assim como no manifesto da greve aludido por ele, também constrói “não sem ironia” seus textos. Essa característica muito presente em *O Capital*, assim como em outros textos, é ressaltada por Silva (2012) ao analisar a forma literária dos escritos de Marx. Ele aponta:

Essa ironia que nos descreve, primeiro, as aparências felizes das relações sociais para, em seguida, denunciar a sua estrutura real e miserável; esse imenso requisitório contra a economia clássica e vulgar (...) daí que as suas ironias estilísticas tenham sempre uma função-chave: a função da denúncia, do esclarecimento da realidade. (...) Vale dizer: a ironia que funciona constantemente em Marx não é um detalhe qualquer, mas uma peça-chave para a compreensão da sua concepção da história. Trata-se também de um componente teórico: a ironia, a zombaria e, em geral, a *crítica* (...) formam parte constituinte da sua teoria geral da sociedade e da história. (SILVA, 2012, p. 92- 95 – grifos do autor).

O autor compara ainda o livro I de *O Capital* aos escritos platônicos no que se refere à forma literária afirmando que aquele “(...) constitui, sob o ponto de vista da prosa científica, uma das [obras] mais perfeitas jamais escritas, comparável por seu magnetismo expressivo ao Fedro platônico” (SILVA, 2012, p. 95).

A ironia, evidentemente, não surgiu como recurso literário nos textos marxianos, mas se faz presente há muito tempo na história. Nesse aspecto, podemos nos reportar à Filosofia Antiga. A ironia evidencia-se como um dos componentes principais da maiêutica socrática. Podemos, em linhas gerais, caracterizá-la em três momentos articulados: *diálogo*, dividindo-o em duas partes: a exortação (*protréptico*) e a busca pela ‘boa questão’ (élenkhos), e a ironia (eiróneia), “antessala” à “arte do parto” (maieutiké). Ao analisar o método de Sócrates aponta-nos Kierkegaard:

O método consiste propriamente em simplificar as múltiplas combinações da vida, reconduzindo-as a uma abreviatura cada vez mais abstrata; e já que Sócrates começa a maioria de seus diálogos não no centro, mas na periferia, na colorida variedade da vida infinitamente entrelaçada em si mesma, é preciso um alto grau de arte para desenvolver não somente a si mesmo, mas também o abstrato não apenas a partir das complicações da vida, mas também das dos sofistas. (KIERKEGAARD, 1991, p. 40)

Para Sócrates esse procedimento era fundamental para o “parto” da verdade, que já estaria no seu interlocutor. Nas passagens analisadas da obra marxiana, vê-se que a ironia é utilizada para expor as contradições invertidas na realidade capitalista, ou seja, “as complicações da vida”, e não somente para expor as falácias da burguesia e seus porta-vozes, os economistas políticos vulgares, os “sofistas” de sua época.

Desse modo, assim como a malha textual da obra *O Capital* de Marx é, como vimos, desenvolvida de forma a tornar a sua teoria compreensível e assimilável, com o máximo de determinações possíveis, assim também, compreendemos a necessidade de se pensar, com base nestas “pistas” por ele apontadas, formas de se proceder durante os processos pedagógicos ao educar os trabalhadores acerca de sua ciência mais importante, a crítica da Economia Política. As formas literárias, assim como o conteúdo que ela carrega, em Marx, tem muito ainda a nos educar, mesmo tendo passado várias décadas de sua publicação.

### Referências Bibliográficas

ANTUNES, Jadir. **Da possibilidade à realidade: o desenvolvimento dialético das crises em O capital de Marx**. 2005. Tese (Doutorado) defendida na Unicamp, Campinas, 2005.

ARTHUR, J. Chistopher. **A nova dialética e o capital de Marx**. São Paulo: Edipro, 2016.

BENOIT, Hector. **Sobre a crítica (dialética) de o capital**. In: BENOIT. *Crítica marxista*, São Paulo/ v,3 p. 14-44, 1996.

CAFIERO, Carlo. **“O Capital” uma leitura popular**. 5ª edição. São Paulo: Polis, 1987.

CLEAVER, Harry - **Leitura Política de O Capital**. Ano 1981. Zahar Editora. S.A.

EAGLETON, Terry. **A ideologia da estética**. Tradução de Mauro Sá Rego Costa. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

EAGLETON, Terry. **Marxismo e crítica literária**. Tradução de Matheus Corrêa. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

FONTE, Sandra Soares Della. **Marx e a obra de arte literária em O Capital**. Tese em Filosofia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020. Disponível em: <<https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/33953/1/Marx%20e%20a%20obra%20de%20arte%20literaria%20em%20O%20capital.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2020.

FULDA, Hans Friedrich. **Tese para a dialética como método de exposição** (no “Capital” de Marx). *Crítica Marxista* n 45, ano 2017. UNICAMP.SP.

GRESPLAN, Jorge. **O negativo do capital**. São Paulo: Hucitec, 1999.

LUKÁCS, György. **Estética**. Barcelona: Grijalbo, 1966-1967. 4v.

LUKÁCS, György. **Introdução a uma estética marxista**. Sobre a particularidade como categoria da estética. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

MACHADO, Gustavo. **O papel da história no modo de exposição de O capital de Marx**. *Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*, Rio das Ostras, v. 24, n. 1, pp. 238-269, abr./2018.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política: livro I: O Processo Global da Produção Capitalista**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

MARX, Karl. **O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Cartas sobre “O Capital”**. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

MÜLLER, Marcos Lutz. **Exposição e método dialético em “O Capital”**. *Boletim Seaf*, Belo Horizonte, v. 2, p. 17-41, 1982.

REICHELT, Helmut. **Sobre a estrutura lógica do conceito de capital em Karl Marx**. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

ROSDOLSKY, Roman. **Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx**. Rio de Janeiro: Eduerj/Contraponto, 2001.

SILVA, Ludovico. **O estilo literário de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **As ideias estéticas de Marx**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

WILSON, Edmund. **Rumo à Estação Finlândia – escritores e atores da história**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

ZELNY, Jindrich. **La estructura lógica de “El capital” de Marx**. México: Grijalbo, 1974.

**Cristiano Almeida da Silva**

Belo Horizonte, Minas Gerais Graduado em Ciências Sociais, bacharel e licenciado, pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2017/2018). Bolsista de iniciação científica pela FAPEMIG pelo Instituto de Ciências Sociais da PUC-Minas (mar. 2013 a fev. 2014). Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Teoria Sociológica, Sociologia do Conhecimento, Sociologia da Educação e Sociologia do Trabalho. Educador popular do Núcleo de Educação Popular - 13 de Maio como colaborador não remunerado. Mestrando do Programa de Pós-graduação em Educação - Conhecimento e Inclusão Social da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisas Marx, Trabalho e Educação - GEPMTE-FAE-UFMG

**Email:** cristianoa.silva@yahoo.com.br

**Link do Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/6532473366433076>

**Juliane Zacharias Bueno.**

Florianópolis, Santa Catarina, Brasil

Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP (2005), mestrado em Educação Escolar pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP (2009) e doutorado em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC (2020). Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Fundamentos da Educação e Didática Geral. É membro do Grupo de Estudos "Capital, Trabalho e Educação" (GECATE). Atualmente realiza estágio pós-doutoral no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina.

**Email:** julianezb@yahoo.com.br

**Link do Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/6036162800174644>

**Hormindo Pereira de Souza Souza Junior.**

Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil

Bacharel e licenciado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais. Mestre em Educação pela UFMG. Doutor em História e Filosofia da Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Pós-Doutorado em Filosofia Política e Educação realizado no Núcleo de Estudos e Pesquisas em Filosofia Política e Educação (NUFIPE) da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense. Professor Associado da UFMG. Professor do Programa de Pós-Graduação Conhecimento e Inclusão Social em Educação da FAE-UFMG. Coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas Marx, Trabalho e Educação (GEPMTE) da FAE-UFMG. Editor da Revista Trabalho & Educação (ISSN 1516-9537 // e-ISSN 2238-037X). Desenvolve pesquisas no campo de confluência entre trabalho, política, formação e emancipação humana.

**Email:** hormindojuior@gmail.com

**Link do Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/4152804305418122>

**Recebimento: 25/03/2021**

**Aprovação: 14/04/2021**



Q.Code

**Editores-Responsáveis**

Dr. Enéas de Araújo Arrais Neto, Universidade Federal do Ceará, UFC, Ceará, Brasil  
Dr. Sebastien Pesce, Universidade de Orléans, França